



PRINCÍPIOS NACIONALISTAS NA AMÉRICA LATINA

Laura Vasconcellos Monteiro de Oliveira¹

O nacionalismo tem como berço a Europa. Aqueles que hoje são entendidos como os primeiros Estados-nação a terem tomado forma, são Estados europeus. Os estudos das origens da nação e do nacionalismo, portanto, se concentram no cenário europeu no momento em que os discursos e movimentos nacionalistas surgiram e ganharam força - durante o século XIX, principalmente. Entender esse contexto é primordial para compreender as condições que possibilitaram a ascensão da concepção de nação. Contudo, tal compreensão é insuficiente. O modelo europeu, além de não ser homogêneo, não é absoluto - ele não pode ser padronizado e aplicado a todas as outras formações nacionais que ocorreram pelo mundo. Isso é particularmente verdade quando se fala nos nacionalismos americanos. Para examiná-los, tão importante quanto ter um entendimento de seu núcleo originário europeu, é se ater às especificidades do continente americano que inevitavelmente produziram nacionalismos e Estados distintos, e que não podem ser reduzidos a categorias explicativas essencialmente eurocêntricas.

Um ponto fundamental sobre a nação moderna, que age como fio condutor dos estudos sobre o assunto, é que ela não despontou no horizonte como a auto-realização de uma unidade que sempre existiu, mas que só se percebeu como tal no século XIX. Antes, a nação é um conceito criado por um discurso - o nacionalismo - que ascendeu devido a circunstâncias históricas específicas. Essa é uma característica do nacionalismo que prevalece tanto na Europa quanto nos outros continentes. Em nenhum lugar houve uma nação que se formou pela consolidação de uma unidade atemporal. Mas as condições em que tomaram forma o nacionalismo e as nações variam de acordo com tempo e espaço. Conforme Benedict Anderson enunciou em *Comunidades Imaginadas* sobre os Estados americanos que se delineavam entre os séculos XVIII e XIX:

¹ Graduanda em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: lauvmonteiro@gmail.com. ORCID: 0000-0001-6112-8508.

(...) parece praticamente impossível explicá-los a partir dos dois fatores que, decerto por ser fácil derivá-los dos nacionalismos europeus (...) têm dominado grande parte da reflexão europeia sobre o surgimento do nacionalismo (2008, p. 84).

A variedade linguística e a consolidação da burguesia em decorrência do avanço capitalista são os dois fatores referidos pelo autor, os quais foram imprescindíveis na Europa, mas na América Latina (foco da presente análise) não se encontravam presentes - ao menos não da mesma maneira. Diante disso, outros fatores são comumente apontados como as causas da ascensão do nacionalismo na América espanhola, sendo os principais a tentativa de aumento do controle metropolitano em finais de século XVIII e a chegada às colônias das ideias iluministas. Essas são condições que certamente contribuíram para o advento da resistência, mas que sozinhas não são capazes de explicar porque entidades nacionais se tornariam "emocionalmente plausíveis e politicamente viáveis" pela América (ANDERSON, 2008, p. 90). Em outras palavras, o que possibilitou a formação de Estados-nação americanos e o surgimento de um respectivo sentimento de pertencimento a eles?

Eric Hobsbawm definiu a nação em seu sentido político, moderno, como a equalização entre povo e Estado (1990, p. 31). Essa lógica, fruto das revoluções francesa (1789) e americana (1776), vinculava nação e território. Em outras palavras, o Estado nacional era uma entidade territorial, delimitada por fronteiras. Na América Latina, os Estados independentes que se consolidaram no século XIX herdaram em grande parte suas fronteiras do período colonial. A grosso modo, os novos Estados surgiram onde existiam unidades administrativas designadas pelo poder metropolitano espanhol desde o século XVI. Do ponto de vista geográfico, político e econômico, havia uma certa dimensão de isolamento e autossuficiência nessas regiões que se traduziria nas fronteiras nacionais no pós independência (ANDERSON, 2008, p. 91). Contudo, a existência dessas áreas não responde inteiramente à pergunta acima. O que ensejou um pertencimento coletivo a elas?

Os criollos desempenharam papel fundamental nessa viabilização. Elite colonial descendente dos espanhóis, os criollos ocupavam uma posição ambígua. Em termos de língua, cultura e religião eles eram indubitavelmente espanhóis. Sua descendência os colocava em um lugar de privilégio em solo americano - eles constituíam o volume dos latifundiários que exploravam a mão-de-obra nativa ou escrava. Contudo, o acesso às estruturas de poder coloniais era preferencial dos peninsulares, espanhóis vindos da Europa. Um criollo penetrava no

aparelho político administrativo com mais dificuldade, e sua movimentação dentro dele continha também mais obstáculos. Eles faziam parte de um grupo que vivia a subordinação devido à circunstância do nascimento na América (ANDERSON, 2008, p. 96-101; AGGIO, PAGOTTO, CORDEIRO, 2009, p. 581). Essa condição gerava um vínculo entre os criollos, uma diferenciação entre nós e eles. A contraposição a um outro, como em todos os tipos de nacionalismo, foi fundamental para a consolidação de uma identidade na América espanhola que em breve se tornaria nacional, principalmente com a chegada do capitalismo tipográfico na transição do século XVIII para o XIX.

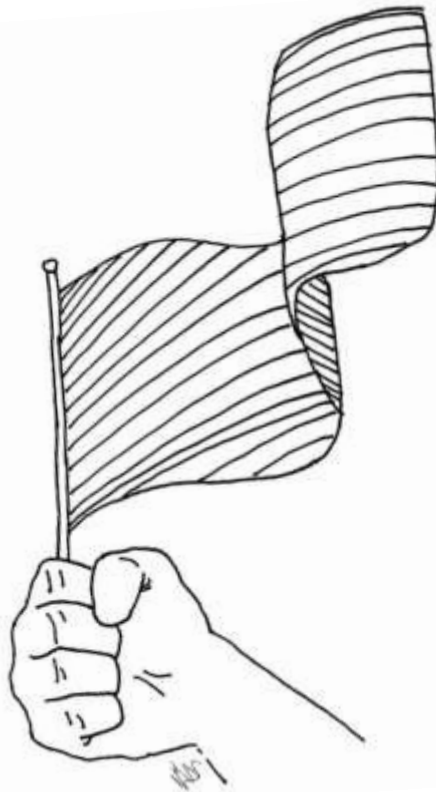
No final do século XVIII, na América do Norte começaram a surgir manifestações singulares do capitalismo tipográfico nascido na Europa. O jornal tomou lugar como possível produto, e os editores passaram a incluí-los em suas produções. Nascia assim a figura do editor jornalista, que chegou à América Latina com o advento da imprensa tipográfica, e lá tomou a forma dos criollos. Agora esse grupo passava a ter um veículo no qual podiam ser expressas suas opiniões e preocupações coletivas. Mas, mais do que isso, o capitalismo tipográfico americano possibilitou a ascensão do nacionalismo de outra forma. As novas publicações, por meio da veiculação da simultaneidade, permitiram que a população americana pudesse se ver como pertencente à mesma comunidade. Segundo Anderson:

As primeiras gazetas traziam (...) informações comerciais (datas de chegadas e partidas dos navios, preços vigentes de tais e tais mercadorias em tais e tais portos), decretos políticos coloniais, casamentos de pessoas ricas, e assim por diante. Em outras palavras, o que unia, na mesma página, este casamento e aquele navio (...) era a própria estrutura da administração colonial e do sistema mercantil. Assim, o jornal de Caracas criava (...) uma comunidade imaginada entre um conjunto específico de leitores, a quem pertenciam estes navios, noivas e preços (2008, p. 102).

Membros de uma mesma comunidade americana tinham acesso simultâneo às mesmas informações, que diziam respeito a eles de uma maneira similar. Esse processo, ao permitir que uma conexão fosse forjada entre os habitantes da América espanhola, representou um grande avanço. Conforme dito anteriormente, o nacionalismo é um discurso. Sua potência está, portanto, apoiada no espaço que ele tem na mentalidade popular. O vínculo entre indivíduos assume relevância apenas quando estes mesmos indivíduos o percebem - e isso foi possibilitado pelo advento dos jornais. A relação existente entre os americanos pôde ser percebida por eles e, com isso, passar a ter um peso cada vez maior no inconsciente coletivo.

É evidente que o principal grupo dentro do qual essa mudança se operou foi a classe crioula, que representava a maior parte dos letrados nas colônias americanas àquela altura. Para além desse grupo, as massas de indígenas, negros escravizados, mestiços e brancos pobres ficavam excluídas da nova comunidade imaginada que surgia. Isso não deixou de ser percebido pela elite, principalmente por aqueles que estavam à frente da luta pela independência americana em relação à Espanha. Simón Bolívar, o grande libertador sul-americano, libertou os escravos na Venezuela e fez algumas tentativas de integrar os indígenas à sociedade branca baseada na posse de terras europeias que se formaram no decorrer do século XIX.

Contudo, outras medidas eram simultaneamente tomadas para neutralizar a ameaça desses grupos considerados perigosos - principalmente os escravizados, diante do sucesso dos negros em conseguir a soberania com a independência do Haiti (AGGIO, PAGOTTO, CORDEIRO, 2009, p. 583). Assim, na medida em que as massas não eram de fato assimiladas, o amálgama nacional não poderia se consolidar verdadeiramente.



Contudo, isso não foi um fenômeno exclusivamente americano. Entre as nações continham uma infinidade de culturas, línguas e etnias. Muitas vezes grupos que compartilhavam esses tipos de afinidades eram divididos em um ou mais territórios nacionais.

De acordo com Hobsbawm isso ocorria porque o principal fator de fusão era econômico: a consolidação de uma burguesia poderosa economicamente que queria traduzir esse poder para a esfera política (1990, p. 36-37). As fronteiras nacionais tinham uma relevância enorme num contexto de industrialização, em que a criação de mercados internos e tarifas alfandegárias era essencial para a modernização econômica. Na Europa, as nações modernas nasceram principalmente em decorrência dos interesses em comum da burguesia, que se sobrepunham às questões étnicas, culturais e linguísticas. Estas foram frequentemente usadas de modo arbitrário pela burguesia, para gerar uma coesão e estabilidade internas nos novos países.

A questão econômica não deixou de ter seu impacto na América Latina. Os interesses criollos e as condições econômicas gerais e locais do continente indubitavelmente moldaram a resistência anti-colonial. Contudo, a esfera econômica não é suficiente em si mesma para explicar porque essa resistência tomaria especificamente formas nacionais - em vez de quaisquer outras (ANDERSON, 2008, p. 106). Parte da explicação reside na consciência de si que a classe crioula adquire gradualmente. Seu fracasso na mobilização das massas, contudo, culmina nas décadas de caudilhismo, tirania, ditaduras e violência que se seguiram às formações nacionais (AGGIO, PAGOTTO, CORDEIRO, 2009, p. 584-585). Os nacionalismos americanos amadureceriam no século XX, de acordo com diversas mudanças econômicas e culturais que transformariam o continente. Entre as questões culturais, a literatura desempenha papel crucial.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto; PAGOTTO, Aline; CORDEIRO, Ítalo. América Ibérica no Século XIX: Nacionalismo e Independência. IN: BRADING, David. Nacionalismo e Estado na América Hispânica. História Revista, v. 13, n. 2, p. 575-598, 2009.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HOBBSAWM, J. Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. **Nações e nacionalismo desde**, p. 27-5